



Demonstrações Financeiras do Exercício de 2021

Companhia de Saneamento de Sergipe - Deso

CNPJ: 13.018.171 / 0001-90

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2021, com o agravamento da pandemia da Covid-19, a DESO enfrentou dois grandes desafios: preservar a saúde dos colaboradores e garantir a continuidade dos serviços. Ao longo do ano mantivemos as medidas de segurança contidas no nosso Plano de Contingência, com retorno dos empregados com comorbidades e/ou maiores de 60 anos às atividades presenciais somente após a segunda dose da vacina. Mesmo nos momentos mais críticos, continuamos firmes no nosso propósito: garantir a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, de forma eficiente e eficaz, visando a melhoria da qualidade de vida da população e a preservação do meio ambiente.

Durante o ano investimos aproximadamente R\$ 88 milhões na implantação e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, avançando na universalização do saneamento básico em Sergipe. Concluímos obras importantes, com destaque para o Sistema de Esgotamento Sanitário da Zona de Expansão de Aracaju, contemplando as localidades da Aruana, Santa Tereza, Costa do Sol, Beira Mar, Aeroporto, Jardim Paraíso, Costa Verde, Aquarius II, dentre outras, garantindo mais saúde e qualidade de vida a população do entorno.

Também estamos concluindo diversos outros empreendimentos, como a ampliação dos sistemas de abaste-

cimento de água do Piauitinga, do Alto Sertão e do Agreste, além da implantação dos sistemas de esgotamento sanitário da sede de Lagarto, no Bairro Jabutiana e na Zona Norte de Aracaju e no Complexo Jardim, em Nossa Senhora do Socorro. Essas obras beneficiarão aproximadamente 600 mil habitantes e somadas representam um investimento total de mais de R\$ 500 milhões, trazendo qualidade de vida e desenvolvimento econômico para o Estado.

Visando a universalização do abastecimento de água e esgotamento sanitário em todo o Estado até 2033, realizamos em 2021 a maior operação de crédito da história do Banco do Nordeste em Sergipe, garantindo um investimento total de R\$ 270 milhões, direcionados a execução de obras de implantação da Estação de Tratamento de Água do Semiárido e implantação da 2ª Etapa da Duplicação da Adutora do Sertão (trecho de Nossa Senhora Aparecida a Simão Dias), além da implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário dos municípios de Boquim, Carira, Itabaianinha, Nossa Senhora da Glória, Riachão do Dantas, Simão Dias e Tobias Barreto. Mais de 250 mil sergipanos serão beneficiados com essas obras.

Avançamos também na redução de custos, com aquisição de energia elétrica por meio do Ambiente de Contratação Livre (ACL), visando o atendimento às nove maiores unidades operacionais da Companhia, representando uma economia de aproximadamente R\$ 6 milhões entre os meses de agosto

e dezembro e estimativa de economia de 60 milhões de reais nos próximos 5 anos. Iniciamos também a operação do Sistema Adutor da Barragem do Rio Poxim, que além de garantir o abastecimento de Aracaju nos próximos 10 anos, permitiu uma redução considerável na utilização de produtos químicos para tratamento da água, gerando uma economia anual de aproximadamente R\$ 3,5 milhões.

Concluímos ainda em 2021 os Estudos de Viabilidade Econômico-Financeira e o Plano de Captação de Recursos para Universalização do Saneamento Básico em Sergipe até 2033, em atendimento ao Decreto Federal 10.710/2021, onde comprovamos que a nossa Companhia tem condições suficientes para atender ao Novo Marco Legal do Saneamento. Todos os estudos foram aprovados por um Certificador Independente e aprovados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado.

Desta forma, seguimos firme no nosso compromisso com a população sergipana, prestando um serviço público de excelência, através de boas práticas de governança corporativa, eficiência operacional, sustentabilidade econômico-financeira e responsabilidade socioambiental.

Seguimos juntos,

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO 2021

ATIVO				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)			
Valores Expressos em R\$(1)				Valores Expressos em R\$(1)				Valores Expressos em R\$(1)			
NOTA	2021	2020	NOTA	2021	2020		2021	2020		2021	2020
CIRCULANTE											
	203.116.845	174.120.819									
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA											
Caixa e bancos	2.433.036	1.292.302									
Aplicações de liquidez imediata	13.309.774	18.959.627									
DIREITOS REALIZÁVEIS											
Contas a receber de Usuários	183.645.720	152.114.550									
Estoques	1.723.528	1.313.567									
Outras créditos	2.004.787	440.765									
NÃO-CIRCULANTE											
	1.893.624.648	1.806.923.261									
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO											
Depósitos judiciais	6.739.431	7.186.435									
Tributos a recuperar	3.585.409	7.835.409									
IMOBILIZADO											
	1.883.199.708	1.791.901.417									
TOTAL DO ATIVO											
	2.096.641.393	1.981.044.081									
(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)											
PASSIVO											
Valores Expressos em R\$(1)											
NOTA	2021	2020									
CIRCULANTE											
	136.897.732	126.994.182									
Fornecedores	46.144.471	38.484.729									
Impostos, taxas e contribuições diversas	9.495.901	15.121.533									
Empréstimos e financiamentos	33.319.757	43.778.824									
Parcelamentos	5.357.884	5.058.691									
Salários e ordenados a pagar	1.536.491	421.000									
Encargos Sociais a pagar	6.222.874	-									
Provisões s/ remuneração e encargos	20.997.160	19.978.209									
Consignações a recolher	-	666.733									
Cauções e Retenções contratuais	2.328.478	2.367.178									
Outras contas a pagar	10.494.716	117.285									
NÃO-CIRCULANTE											
	204.960.642	216.396.602									
Empréstimos e financiamentos	7.106.197	25.419.930									
Parcelamentos	26.906.103	31.299.164									
Provisão Para Contingências	29.058.541	17.787.607									
Recursos Vinculados a Convênios	141.889.800	141.889.800									
PATRIMÔNIO LÍQUIDO											
	1.766.783.019	1.638.653.396									
Capital realizado	1.302.000.000	1.302.000.000									
Subscrito	1.302.000.000	1.302.000.000									
Reservas de Capital	20.112.383	20.112.383									
Reservas de Lucros	331.430	331.430									
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	597.538.513	520.747.256									
Prejuízos Acumulados	(164.199.306)	(204.537.672)									
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO											
	2.096.641.393	1.981.044.081									
(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)											
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO											
Valores Expressos em R\$(1)											
Receita Operacional Líquida											
	13	656.266.207	677.588.388								
Custo dos Serviços											
	14	(461.294.192)	(404.146.362)								
Lucro Bruto											
		203.971.016	173.442.026								
Despesas Operacionais											
	15	(146.708.332)	(166.061.334)								
Comerciais		(67.936.860)	(75.526.764)								
Administrativas		(88.725.399)	(78.007.955)								
Fiscais e tributárias		(5.093.347)	(4.779.511)								
Outras Despesas (receitas operacionais)		16.047.274	3.252.896								
Resultado Antes do Resultado Financeiro e Tributos											
		58.262.683	18.380.692								
Receitas (Despesas) Financeiras											
		(6.364.816)	(7.232.646)								
Receitas Financeiras		602.538	660.374								
Juros e encargos financeiros		(5.937.615)	(7.711.362)								
Variações Monetárias		(19.739)	(181.659)								
Lucro (Prejuízo) antes dos Impostos e contribuições											
		52.907.867	11.148.046								
Imposto de Renda e Contribuição Social		(12.569.500)	(3.406.129)								
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício											
		40.338.367	7.741.917								
Lucro (Prejuízo) por Ação do capital social											
		0,00268922	0,00051613								
(por lote de 1.000 ações)											
Quantidade de Ações											
		15.000.000.000	15.000.000.000								
(As notas explicativas integram o conjunto das Demonstrações Financeiras)											
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)											
Valores Expressos em R\$(1)											
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS											
Lucro Líquido do Período											
		40.338.367	7.741.917								
Ajustes para reconciliar o lucro líquido:											
Depreciação e amortização		44.535.179	43.805.496								
Provisão p/perdas na realização de créditos (Ganho) Perda na baixa do do ativo imobilizado		(12.400.563)	25.733.084								
Juros e Encargos dos Parcelamentos e financiamentos		5.693.903	5.269.072								
Variação monetária sobre financiamentos		19.739	181.659								
Ajustes de Exercício Anterior		-	-								
Lucro Líquido Ajustado:											
		78.241.249	82.731.229								
Variação das contas do ativo e passivo circulantes:											
		14.926.780	(24.732.241)								
Cientes		(19.130.599)	(18.017.152)								
Estoques		(409.961)	(228.104)								
Outros créditos		(1.564.022)	8.005.871								
Outras contas ativas de longo prazo		4.697.004	(9.255.968)								
Fornecedores		7.659.742	(19.895.702)								
Retenções contratuais		(38.700)	(34.967)								
Contas a pagar		10.377.432	(18.934)								
Outros débitos		11.270.934	6.527.558								
Impostos, taxas e contribuições diversas		(161.889)	788.153								
Consignações a recolher		73.276	4.048								
Provisão p/ Férias e Gratificação		1.018.951	8.918.038								
Salários e Encargos a pagar		1.134.613	(1.242.639)								
Recursos Vinculados a Convênios		-	(282.443)								
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS											
		93.168.030	67.998.987								
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS											
		(136.888.094)	(166.914.449)								
Aquisição / alienação de bens do ativo imobilizado		(136.888.094)	(155.914.449)								
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS											
		38.210.946	111.229.901								
Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital		76.791.256	132.834.145								
Parcelamento de Dívidas Tributárias		-	5.406.178								
Pagamento dos Parcelamentos da Dívida Contratada		(5.058.996)	(4.593.464)								
Empréstimos Obtidos com Instituições Financeiras		-	30.000.000								
Pagamentos de Empréstimos com Instituições Financeiras		(33.521.315)	(52.416.957)								
VARIAÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES											
		(4.609.119)	13.314.439								
SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES											
		20.261.929	6.937.490								
SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES											
		15.742.810	20.261.929								
(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)											
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PERÍODO DE 01/01/2020 A 31/12/2021)											
Valores Expressos em R\$(1)											
CONTAS											
ESPECIFICAÇÕES	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL SUBVENÇÕES	RESERVA DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	TOTAL					
SALDOS EM 01.01.20	899.488.607	20.112.383	331.430	(212.279.690)	790.424.604	1.498.077.334					
ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL					132.834.145	132.834.145					
RESULTADO DO EXERCÍCIO				7.741.917		7.741.917					
RESERVA LEGAL						-					
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	402.511.393				(402.511.393)	-					
SALDO EM 31.12.2020	1.302.000.000	20.112.383	331.430	(204.637.672)	520.747.256	1.638.653.3					

CNPJ
13.018.171/0001-90



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Valores Expressos em R\$(1)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO é uma empresa de economia mista, com sede em Aracaju, criada pelo Decreto-lei Estadual nº 109, de 25/ago./69, com as alterações do Decreto-lei nº 268, de 16/jan./70, que tem como acionista controlador o Governo do Estado de Sergipe.

A empresa tem por objetivo a prestação e administração dos serviços públicos de água e esgotos sanitários em todo o território do estado de Sergipe, cabendo-lhe:

– Realizar estudos, projetos, construção, operação e exploração dos serviços de saneamento de água e de esgotos sanitários;

– Elaborar propostas de reajustes e revisões tarifárias, bem como arrecadar as tarifas e taxas específicas ou receitas especializadas fixadas pelos poderes estaduais e/ou federais, para custeio de seus objetivos;

– Estabelecer, disciplinar e regulamentar as normas de instalação, ligação e uso dos serviços de distribuição de água e coleta de esgotos sanitários;

– Cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares sobre abastecimento, instalação e uso de água e de esgotos sanitários, inclusive ligações provisórias, definitivas e seu corte, inscrições e sua baixa, interrupções de suprimento e aplicação de penalidades.

Com o advento da Lei 11.445/2007, foi estabelecido o novo marco regulatório do Saneamento no País, devendo todas as instâncias envolvidas em tais atividades se adequar à nova Lei. O Estado de Sergipe aprovou junto a Assembleia Legislativa a Lei complementar nº 176 de 18 de dezembro de 2009, criando as Microrregiões de Saneamento Básico, relativo aos serviços de abastecimento de água e esgotos sanitários, criando-se ainda a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe - AGRESE e a Política Estadual de Saneamento (Lei nº 6.977 de 03 de novembro de 2010).

A Companhia por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água, coleta e tratamento de esgotos sanitários. As renovações dos contratos de concessão têm, em média, seu prazo de validade definido entre 20 e 30 anos. De um total de 73 municípios em que a DESO opera, 60 (sessenta) contratos estão vigentes e 13 (dez) contratos estão em processo de renovação. Em 31 de dezembro de 2021, os bens patrimoniais relacionados às concessões estão registrados no ativo imobilizado, não houve até esta data modalidade de contrato de acordo com as novas regras da Lei 11.445/2007 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico.

IMPACTOS DO CORONAVÍRUS (COVID-19)

Desde o início da pandemia da Covid-19, em março de 2020, a companhia adotou diversas medidas de prevenção, de forma a assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços prestados, tais como: (i) disponibilização de máscaras e álcool em gel; (ii) afastamento dos empregados enquadrados no grupo de risco; (iii) isolamento domiciliar; (iv) definição do efetivo mínimo para trabalho interno; (v) atendimento aos clientes remotamente, entre outras medidas para garantir a continuidade na prestação dos serviços essenciais à população.

Diante de um cenário de instabilidade econômica agravada pela Covid-19, a Companhia vem promovendo ajustes orçamentários visando preservar o fluxo de caixa para honrar os compromissos financeiros com os prestadores de serviços, materiais de tratamento, encargos trabalhistas e tributos a fim de manter a qualidade e continuidade da prestação de serviço. A DESO entende não haver riscos na continuidade de sua operação.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A apresentação das demonstrações contábeis de 31/dez./21 e 31/dez./20 foram preparadas de acordo com as novas práticas contábeis brasileiras, considerando a atual legislação societária brasileira, as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidos pelo CPC e homologados pelos órgãos competentes, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09. Compreende o conjunto dessas demonstrações: o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração dos Fluxos de Caixa, apresentadas de forma comparativa conforme moeda funcional da Companhia.

O processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade com as normas internacionais de contabilidade – IFRS ocorreu em duas etapas, a primeira em 2009 com a emissão dos pronunciamentos contábeis CPC 01 ao CPC 14, que foram aplicados pela Companhia em suas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2009, e a segunda com aplicação em 2010 dos pronunciamentos contábeis CPC 15 ao CPC 40 e 43.

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltamos:

a) Apuração dos Resultados

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime de competência. A Companhia registra como prática contábil o reconhecimento da receita a faturar, calculada com base em estimativas mensais dos montantes não faturados, os quais são calculados com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil.

b) Estimativas Contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas para mensuração de provisões para créditos de liquidação duvidosa, estimativas de valor justo de determinados instrumentos financeiros, valor residual de ativo imobilizado, provisão para contingências, estimativas da vida útil de determinados ativos, provisão de ativos e passivos relacionados a empregados, e outras similares. As liquidações dessas transações envolvendo os valores calculados a base de estimativas, podem resultar em valores diferentes dos estimados em decorrência da imprecisão do processo utilizado para sua determinação.

c) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de usuários, outros recebíveis, assim como valores a pagar de empreiteiros e fornecedores, além dos empréstimos, financiamentos, parcelamentos e outras dívidas. Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e posteriormente são mensurados ao valor justo, acrescido de eventuais rendimentos e encargos contratuais, ou reduzidos por eventuais expectativas de perdas quanto ao seu valor recuperável.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários a vista em contas de livre movimentação ou vinculadas a convênios e às aplicações financeiras de liquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos correspondentes até a data do balanço.

e) Contas a Receber de Usuários

Estão apresentadas pelos valores históricos a receber de clientes, reconhecidos pelo regime de competência e não foram efetuados ajustes a valor presente. O saldo de contas a receber está composto por valores a receber de usuários dentro do Estado de Sergipe, apresentando a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	2021	2020
Particulares	376.371.891	310.483.155
Público	92.825.673	144.991.333
Contas a Faturar	43.180.704	37.773.180
(-) Perdas Prováveis c/ Clientes	(328.732.548)	(341.133.110)
Contas a Receber, líquido	183.645.720	162.114.558

No final do exercício, a rubrica de Perdas Prováveis c/ Clientes apresentou o saldo acumulado de R\$ 328.732.548 (R\$ 341.133.110 em 2020), ou seja, uma redução no saldo das perdas de créditos no montante de R\$ 12.400.563, contribuindo para alavancar o resultado econômico da Companhia no exercício de 2021.

A movimentação das Perdas Prováveis c/ clientes foi a seguinte:

DESCRIÇÃO	2021	2020
Saldo no Início do Exercício	(341.133.110)	(346.672.922)
Perdas na realização de créditos	(50.059.883)	(62.920.927)
Recuperação de perdas de créditos	62.460.446	37.187.843
Perdas / Recuperação líquidas no exercício	12.400.563	(25.733.084)
Baixas, Líquidas das Recuperações	-	31.272.896
Saldo no Final do Exercício	(328.732.548)	(341.133.110)

Durante o exercício, foi contabilizado como perdas na realização de créditos o montante de R\$ 50.059.883 (R\$ 62.920.927 em 2020) e registrado como recuperação de créditos R\$ 62.460.446 (R\$ 37.187.843 em 2020). Dessa forma, o impacto das perdas de crédito líquidas no resultado do exercício foi positiva em R\$ 12.400.563.

A Composição das Perdas / Recuperação líquidas no exercício foi a seguinte:

DESCRIÇÃO	2021	2020
Residencial	(12.345.483)	(21.109.113)
Comercial	(1.154.051)	(2.017.087)
Industrial	(71.852)	487.987
Público	25.971.949	(3.094.872)
Perdas / Recuperação líquidas no exercício	12.400.563	(25.733.084)

A redução do montante das perdas de créditos e aumento dos créditos recuperados no exercício deve-se principalmente pela continuidade do trabalho realizado pela Companhia na recuperação de créditos da categoria Público, cuja medida, impactou positivamente no resultado econômico e financeiro da Companhia durante o exercício.

f) Estoques

Os estoques de almoxarifado foram avaliados pelo efetivo custo médio de aquisição e não superam o valor de mercado. Os estoques encontram-se livres de ônus e garantias.

DESCRIÇÃO	2021	2020
Almoxarifado Central	1.723.528	1.313.567
TOTAL	1.723.528	1.313.567

g) Imobilizado

Os bens do Ativo Imobilizado estão demonstrados ao custo de aquisição ou construção, acrescidos de correção monetária calculada até 31/dez/95, ajustados por depreciações acumuladas e calculadas por espécie de bens com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e taxas fiscais permitidas pela legislação do Imposto de Renda.

A companhia não efetuou estudo do valor recuperável de acordo com CPC 01 – Redução do Valor Recuperável de Ativos. Da mesma forma não foi realizado estudo para avaliação da vida útil restante dos bens representativos dos investimentos em infraestrutura que compõem o ativo imobilizado.

A composição do imobilizado do exercício findo em 31/dez./2021

DESCRIÇÃO	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIACÃO ACUMULADA	LÍQUIDO
Sistema de Abastecimento de Água	1.241.751.572	543.316.207	698.435.365
Sistema de Esgoto	433.852.831	102.266.838	331.585.994
Bens de Uso Geral	42.987.623	31.278.713	11.708.910
Subtotal em Operação	1.718.592.027	676.861.758	1.041.730.269
Obras em Andamento	841.469.439	-	841.469.439
TOTAL GERAL	2.560.061.466	676.861.758	1.883.199.708

A composição do imobilizado do exercício findo em 31/dez./2020

DESCRIÇÃO	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIACÃO ACUMULADA	LÍQUIDO
Sistema de Abastecimento de Água	1.221.258.370	510.065.078	711.193.292
Sistema de Esgoto	391.277.585	93.886.181	297.391.404
Bens de Uso Geral	42.232.978	29.453.956	12.779.022
Subtotal em Operação	1.654.768.933	633.405.215	1.021.363.718
Obras em Andamento	770.537.699	-	770.537.699
TOTAL GERAL	2.425.306.632	633.405.215	1.791.901.417

As taxas de depreciação utilizadas são as seguintes:

DESCRIÇÃO	TAXAS
Captação, Tratamento, Reservação, Coleta e Lançamento	2%
Adução e Redes	3%
Imóveis	4%
Hidrômetros	5%
Móveis e Utensílios e Equipamentos Gerais	10%
Equipamento de Processamento de Dados e Veículos	20%

h) Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquido dos custos de transações. Em seguida, os empréstimos e financiamentos são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido, considerando as taxas definidas no contrato no momento da captação dos referidos empréstimos e financiamentos.

i) Provisão para Contingências

A provisão para contingências está constituída com base na avaliação de riscos prováveis, baseada no parecer dos consultores jurídicos para os processos conhecidos até 31/dez./21. As provisões somente são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, decorrente de resultado de eventos passados e sejam prováveis os riscos de perdas avaliados com base numa estimativa razoável do valor, que poderão resultar em saída de recursos para liquidação da obrigação.

j) Demais Passivos Circulantes e Não-Circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

NOTA 4. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSAS

Correspondem às seguintes impostos, taxas e contribuições diversas:

DESCRIÇÃO	2021
PIS / PASEP	525.078
COFINS	2.437.456
IRPJ	691.364
CSLL	406.507
Tributos retidos na fonte	5.435.496
TOTAL	9.495.901

NOTA 5. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos foram contraidos em moeda nacional, assim discriminados:

FINANCIADOR	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL	VENCIM. FINAL	TAXA ANUAL DE JUROS	ATUALIZ. MONETÁRIA
BANCO SOFISA SA CT 4961	18.317.314	6.768.383	25.085.697	MAI/2023	5,54	CDI
BC BRASIL CT 400000095	178.242	299.584	477.825	JAN/2025	6,00	-
BC BRASIL CT 400000079	39.232	38.230	77.462	JAN/2024	3,50	-
BC DAYCOVAL CT 82282-7	3.994.259	0	3.994.259	MAI/2022	4,28	CDI
BC DAYCOVAL CT 84967-9	10.790.710	0	10.790.710	JUN/2022	4,28	CDI
TOTAIS	33.319.767	7.106.197	40.425.964	-	-	-

Em Novembro de 2021, a Companhia assinou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste para a realização de obras de Saneamento Básico em Sergipe. Ao todo, serão R\$ 270.050.000,00 investidos. Destes, R\$ 216.000.000,00 corresponde ao valor financiado e R\$ 54.050.000,00 serão de contrapartida da Companhia. Os recursos serão direcionados para a ampliação da Estação de Tratamento de Água

do Semiárido, implantação da 2ª Etapa da Duplicação da Adutora do Sertão, do trecho de Nossa Senhora Aparecida à Simão Dias, implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Boquim, Carira, Itabaianinha, Nossa Senhora da Glória, Riachão do Dantas, Simão Dias e Tobias Barreto, com mais de 250 mil pessoas beneficiadas.

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos pela arcação da Companhia, estando sujeitos a taxas de juros que variam de 3,5% a 6% ao ano e atualização monetária com base no CDI, e vencimento final para Janeiro de 2025.

NOTA 6. PARCELAMENTOS

FINANCIADOR	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL	VENCIMENTO FINAL
PERT LEI 13.496 - COFINS	1.017.597	6.342.834	7.360.431	DEZ/2030
PERT LEI 13.496 - INSS	878.226	5.188.362	6.066.588	DEZ/2030
REFIS LEI 12.996 - COD. 4750	1.184.868	7.888.593	9.073.461	NOV/2029
REFIS LEI 12.996 - COD. 4737	443.530	2.646.134	3.089.663	FEV/2029
REFIS LEI 12.996 - COD. 4743	332.918	920.252	1.253.170	OUT/2025
REFIS LEI 12.996 - COD. 4720	276.554	1.206.168	1.482.722	JUL/2027
SIMPLIFICADO - PIS/PASEP	24.032	33.250	57.281	JUN/2024
SIMPLIFICADO - INSS	370.408	746.374	1.116.782	FEV/2025
SIMPLIFICADO - PIS/PASEP E COFINS	829.752	1.934.137	2.763.889	JUN/2025
T O T A I S	6.587.884	26.906.103	32.263.987	

Em 2020, foram realizados dois parcelamentos simplificados para regularização de débito previdenciário (INSS) e tributário (PIS/PASEP e COFINS), ambos parcelados em 60 meses.

Em 2017, aderimos ao REFIS DO PERT instituído pela Lei nº 13.496 de 24/10/2017, o qual optamos por parcelar em 145 meses os débitos com INSS/COFINS, consolidado em 2018.

Em 2014, a Companhia aderiu ao parcelamento do governo federal estabelecido através da Lei nº 12.996 de 18 de junho de 2014, no qual foram incluídos todos os débitos com tributos federais e previdenciários vencidos até 30 de dezembro de 2013, administrados pela Receita Federal do Brasil – RFB e Procuradoria da Fazenda Nacional – PGFN. Os prazos requeridos no parcelamento são de até 180 meses, estando os débitos remanescentes atualizados pela TJLP e mensalmente com base na SELIC.

NOTA 7. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A composição apresenta os seguintes valores:

DESCRIÇÃO	2021	2020
Fundo Municipal de Saneamento	10.372.725	-
Outras Contas a Pagar	121.991	117.285
TOTAL	10.494.716	117.285

Conforme cláusula do contrato de programa firmado com a Prefeitura Municipal de Aracaju, a Companhia assumiu compromisso financeiro de realizar repasses para o Fundo Municipal de Saneamento de Aracaju, criado por Lei, cujos recursos deverão ser aplicados pelo Município em projetos e ações vinculadas ao Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB. Foi constituída provisão para o Fundo Municipal de Saneamento dos valores ainda não desembolsados pela Companhia.

NOTA 8. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia registra provisões para ações cíveis, trabalhistas e tributárias classificadas como perda provável, as quais apresentaram a seguinte movimentação:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR BASE 31/12/21	PROVISÃO 31/12/21	PROVISÃO 31/12/20
PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS			
Provável	12.867.137	12.867.137	12.236.599
Possível	15.653.759	-	-
PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS			
Provável	7.496.906	7.496.906	5.551.008
Possível	21.252.109	-	-
PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS			
Provável	8.694.498	8.694.498	-
Possível	-	-	-
TOTAIS	66.964.409	29.068.541	17.787.607

A Companhia é parte de diversos processos de origem trabalhistas, cíveis e tributários, na esfera administrativa e judicial. A avaliação das Contingências Passivas e seu grau de risco são avaliados pela área jurídica, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda classificada como provável e possível. A companhia adota como procedimento constituir provisão integral sobre os valores estimados como perdas prováveis nas demandas trabalhistas, cíveis e tributárias.

As ações de natureza trabalhista envolvem reclamações movidas, principalmente, por empresas prestadoras de serviços (responsabilidade subsidiária), reclamando rescisões contratuais, horas extras, entre outras demandas, assim como, ações movidas por empregados e ex-empregados da Companhia referente a direitos de acordo coletivo de trabalho. As ações de natureza cíveis relacionam-se com pedidos de indenizações de clientes, fornecedores e de danos causados a terceiros. As ações de natureza tributária referem-se a autos de infração relacionados a contribuições sociais questionando diferenças do adicional de risco trabalhista.

As declarações de rendimentos, assim como os tributos e contribuições sociais, estão sujeitos à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos.

NOTA 9 – RECURSOS VINCULADOS A CONVÊNIO

DESCRIÇÃO	2021	2020
Prefeitura de Aracaju	17.211.481	17.211.481
Secretaria da Infraestrutura – SEINFRA	122.250.422	122.250.422
Secretaria do Planejamento – SEPLAN	2.199.108	2.199.108
Instituto e Colonização Agrária – INCRA	228.789	228.789
TOTAL	141.889.800	141.889.800

NOTA 10 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Neste exercício foi recebido do Governo do Estado o montante de R\$ 76.791.256, sendo os recursos transferidos por intermédio da Secretaria de Infraestrutura, em nome do Governo do Estado de Sergipe, mediante convênios cujos recursos foram aplicados em diversas obras de água e esgotamento sanitário.

NOTA 11. CAPITAL SOCIAL

O capital social autorizado é

CNPJ
13.018.171/0001-90

Os objetivos primordiais do DESUS são: a) prestar assistência social aos empregados das mantenedoras do DESUS; b) firmar convênios com entidades abertas de previdência privada, sem fins lucrativos, para complementar a previdência oficial em favor dos empregados das mantedoras (atualmente firmado com a Mongeral Previdência Privada S/A); e c) promover o bem-estar social dos seus destinatários.

O custeio dos planos do DESUS é atendido pelas seguintes fontes de receitas: a) joias e contribuições mensais dos associados; b) contribuições mensais das mantenedoras, limitadas a 8% a folha de remuneração bruta dos empregados; c) receitas de aplicações do patrimônio; e d) doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias.

O DESUS aplica seu patrimônio estruturado dentro das técnicas atuariais e integrado no plano de custeio, tendo em vista: a) rentabilidade compatível com os imperativos atuariais do plano de custeio; b) garantia real dos investimentos; c) manutenção do poder aquisitivo dos capitais aplicados; e d) teor social das intenções.

No orçamento anual, as despesas de administração são limitadas a taxa de 15% das respectivas receitas de cobertura.

b) Auxílio-Desemprego

O auxílio-desemprego é prestação assistencial prevista no item IV do artigo 15 do Estatuto do DESUS para compensar parcialmente a perda salarial dos seus destinatários em caso de desemprego. O auxílio-desemprego será concedido na forma de pagamento mensal ou de uma só vez, observadas as condições estabelecidas no regulamento.

Em relação ao Plano de Custeio, os compromissos do auxílio-desemprego serão custeados exclusivamente pelas mantenedoras, vedadas qualquer contribuição dos associados para o mesmo fim. O custeio do auxílio-desemprego será realizado mediante contribuições mensais para a constituição dos fundos.

Para a cobertura dos riscos de desemprego assegurada aos associados de idades inferiores a 60 anos, em face da dificuldade de retorno à atividade, o DESUS constituirá o Fundo de Desemprego Anormal (Fundesa) com 85% do recolhimento mensal das mantenedoras, resultante da aplicação, sobre as remunerações fixas de seus associados (salário-base e incorporações), a taxa resultante da multiplicação do índice salarial do associado pelo "índice etário" da tabela Fundesa.

Para a cobertura dos riscos de desemprego não previstos, o DESUS constituirá o Fundo de Desemprego Normal (FUNDESN), com 85% do recolhimento mensal da mantenedora individualizado em nome de cada associado e resultante da aplicação sobre sua remuneração fixa, da taxa fixada com base em tabelas atuariais aprovadas anualmente pelo Conselho de Curadores do DESUS.

No exercício de 2021 a mantenedora repassou à DESUS o montante de R\$ 1.086.592,97. Na data de 31/dez./21 o Instituto Assistencial da DESO – DESUS possuía um efetivo de 366 associados.

c) Programa de Indenização do Acordo Coletivo

Conforme disposto na cláusula do programa de indenização estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho, a Companhia pagará uma indenização aos seus empregados já aposentados e que ainda estejam em exercício da função e em atividade na empresa ou que se aposentarem, e requererem a rescisão contratual na vigência do Acordo Coletivo.

Durante o exercício, 27 empregados estavam inscritos no programa de indenização e todos foram desligados da Companhia até o final do exercício. Foi constituído provisão para o programa de indenização de acordo coletivo.

Ⓜ️ NOTA 13. RECEITAS OPERACIONAIS

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2021	2020
Receita Operacional Bruta		
Receitas de Água	518.354.350	490.648.982
Receitas de Esgoto	115.997.184	112.683.834
Receitas de Outros serviços	80.460.408	33.717.985
Receitas a Faturar	5.407.525	(1.390.353)
Total das Receitas Operacionais	720.219.467	635.660.448
Deduções das Receitas Operacionais		
COFINS	(53.415.470)	(47.749.004)
PIS/PASEP	(11.538.790)	(10.323.056)
Total das deduções	(64.954.260)	(58.072.060)
Total da Receita Operacional Líquida	655.265.207	577.588.388

A composição das receitas operacionais, por categoria, é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2021	2020
Receita Operacional Bruta		
Residencial	498.489.859	474.250.887
Comercial	67.178.263	62.350.159
Industrial	24.152.584	5.577.784
Órgãos Públicos	44.530.828	61.153.986
Receitas de Outros serviços	80.460.408	33.717.985
Receitas a Faturar	5.407.525	(1.390.353)
Total das Receitas Operacionais	720.219.467	635.660.448

Ⓜ️ NOTA 14 – CUSTOS DOS SERVIÇOS

A Composição dos custos por natureza, é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2021	2020
Pessoal	(178.391.096)	(175.009.818)
Energia Elétrica	(107.229.089)	(87.717.864)
Material de Tratamento	(20.844.550)	(28.155.606)
Outros Materiais	(15.262.569)	(11.166.499)
Serviços de Terceiros	(117.178.239)	(89.338.146)
Depreciação	(39.516.104)	(37.133.940)
Outros Custos	(2.077.358)	(1.173.508)
Créditos PIS/Pasep e Cofins	29.204.813	25.549.019
Total dos Custos dos Serviços	(451.294.192)	(404.146.362)

so de renovação. Em 31 de dezembro de 2021, os bens patrimoniais relacionados às concessões estão registrados no ativo imobilizado, não houve até esta data modalidade de contrato de acordo com as novas regras da Lei 11.445/2007 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico.

De acordo com as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, nº 1.261/09 alterada pela Resolução nº 1.376/11, que aprovou a ITG 01 – Contratos de Concessão, em consonância a ICPC 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, os ativos de infraestrutura vinculados aos contratos de concessão devem ser classificados no Ativo Intangível. A administração da companhia, considerando as pendências existentes nos contratos de concessão para definição das regras sobre a reversão dos bens, decidiu manter seus investimentos em infraestrutura classificados na rubrica do Ativo Imobilizado. Não nos foi possível determinar os efeitos que o processo de adaptação dos contratos de concessão a nova lei e sua classificação para o Ativo Intangível poderão ter sobre as demonstrações contábeis de 2020."

3.2) Impactos do Coronavírus (COVID – 19)

Mantendo nossa opinião inalterada enfatizamos como mencionado na nota explicativa nº 1 que passamos a transcrever:

"Desde o início da pandemia da Covid-19, em março de 2020, a companhia adotou diversas medidas de prevenção, de forma a assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços prestados, tais como: (i) disponibilização de máscaras e álcool em gel; (ii) afastamento dos empregados enquadrados no grupo de risco; (iii) isolamento domiciliar; (iv) definição do efetivo mínimo para trabalho interno; (v) atendimento aos clientes remotamente, entre outras medidas para garantir a continuidade na prestação dos serviços essenciais à população.

Diante de um cenário de instabilidade econômica agravada pela Covid-19, a Companhia vem promovendo ajustes orçamentários visando preservar o fluxo de caixa para honrar os compromissos financeiros com os prestadores de serviços, materiais de tratamento, encargos trabalhistas e tributos a fim de manter a qualidade e continuidade da prestação de serviço. A DESO entende não haver riscos na continuidade de sua operação."

4) Outros Assuntos

4.1) Relatório da Administração

A administração da DESO é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

4.2) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós, cujo Relatório de Auditoria, foi emitido em 24 de março de 2021, com opinião modificada contendo as mesmas ressalvas.

5) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a DESO continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a DESO ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Este Conselho, conclui, baseado no Relatório da Auditoria AUDI-MEC Auditores Independentes S/S, que a referida documentação se encontra em condições de ser submetida à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Aracaju (Se) e Brasília, 23 de março de 2022.
Jairo Henrique Cordeiro de Menezes
Claudio Guimarães Santos
Denilson Ribeiro Evangelista



Ⓜ️ NOTA 15 – DESPESAS OPERACIONAIS

A composição destas despesas por natureza é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2021	2020
Comerciais		
Pessoal	(33.141.985)	(31.791.927)
Material	(175.050)	(117.287)
Serviços e Terceiros	(19.907.296)	(17.775.916)
Perdas na realização de Créditos	-	(25.733.084)
Fundo Municipal de Meio Ambiente	(10.372.725)	-
Outras despesas comerciais	(4.339.804)	(108.549)
Total das Despesas Comerciais	(67.936.860)	(75.626.764)

DESCRIÇÃO	2021	2020
Administrativas		
Pessoal	(53.880.323)	(50.490.885)
Material	(804.323)	(802.573)
Serviços de Terceiros	(11.349.406)	(7.936.893)
Depreciação	(5.019.076)	(6.671.556)
Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	(11.270.934)	(6.632.555)
Outras despesas administrativas	(6.401.338)	(5.473.492)
Total das Despesas Administrativas	(88.726.399)	(78.007.956)

DESCRIÇÃO	2021	2020
Fiscais e Tributárias		
Taxa pelo uso da água	(1.868.218)	(1.815.939)
Taxa agência reguladora	(2.878.977)	(2.764.636)
Outros impostos e taxas	(346.152)	(198.936)
Total das Fiscais e Tributárias	(5.093.347)	(4.779.511)

DESCRIÇÃO	2021	2020
Outras Despesas (Receitas) Operacionais		
Resgates Judiciais	1.854.965	1.602.041
Venda de Ativos	1.884.627	-
Recuperação de perdas de créditos	12.400.563	-
Reconsolidação parcelamento	-	1.367.492
Outras despesas (receitas)	(92.881)	283.363
Total das Outras Despesas (Receitas)	16.047.274	3.252.896

Conforme destacado na nota explicativa 1 – Impactos do Coronavírus (COVID-19), a Companhia vem promovendo ajustes orçamentários visando reduzir despesas e preservar o fluxo de caixa para honrar os compromissos financeiros com prestadores de serviços, materiais de tratamento, encargos trabalhistas e tributos a fim de manter a qualidade e continuidade da prestação de serviço.

Ademais, conforme nota explicativa 3.e, o impacto das perdas de crédito líquidas no resultado do exercício foi positiva no valor de R\$ 12.400.563, contabilizadas como Outras Receitas Operacionais, e contribuiu para alavancar o resultado econômico da Companhia no exercício de 2021.

Aracaju/SE, 31 de Dezembro de 2021.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2021

Aos

Acionistas, Diretores e demais Administradores da
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO
Rua Campo do Brito, 331 – Praia 13 de Julho, Aracaju – Sergipe
CEP: 49.020-380
Telefone: (79) 3226-1000 - Site: www.deso-se.com.br
CNPJ (MF): 13.018.171/0001-90

1) Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para Opinião com Ressalva" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2) Base para Opinião com Ressalva

2.1 Teste de Recuperabilidade dos Ativos Fixos - Resolução nº 1.292/2010 do CFC.

Consoante mencionado em nota explicativa nº 3 "g", a Companhia não procedeu aos testes de recuperabilidade de seus Ativos Fixos conforme preconizado nos itens 9 e 10 da NBC TG 01 (R2) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, correspondente ao Pronunciamento nº 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução nº 1.292/10 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Conseqüentemente, ficamos impossibilitados de opinar sobre a necessidade de eventuais ajustes para o reconhecimento de possíveis perdas decorrentes da aplicação desse procedimento, bem como dos consequentes efeitos sobre os saldos do Ativo Imobilizado, do Patrimônio Líquido e do Resultado do Exercício sob nosso exame.

2.2. Estudo para Reavaliação de Vida Útil - Resolução nº 1.177/2009 do CFC.

A companhia também não efetuou o estudo para reavaliação da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das bases de cálculo e das taxas de depreciações, conforme estabelecido através da Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TG 27 (R2) – Ativo Imobilizado, de que trata o CPC 27. Como consequência, não nos foi possível mensurar os efeitos decorrentes da utilização das taxas de depreciação pelo prazo de vida útil restante e seus reflexos sobre o Ativo Imobilizado, Patrimônio Líquido e Resultado do Exercício sob nosso exame.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3) Ênfase:

3.1) Contratos de Concessão

Mantendo nossa opinião inalterada enfatizamos como mencionado na nota explicativa nº 1 que passamos a transcrever:

"A Companhia por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água, coleta e tratamento de esgotos sanitários. As renovações dos contratos de concessão têm, em média, seu prazo de validade definido entre 20 e 30 anos. De um total de 73 municípios em que a DESO opera, 60 (sessenta) contratos estão vigentes e 13 (dez) contratos estão em proces-

ênfase, elaborado de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Exceto pelas ressalvas e parágrafo de ênfase, apontados no Relatório de Auditoria Independente, o Conselho Fiscal, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

6) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da DESO.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a DESO a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos

Aracaju/SE, 21 de março de 2022

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O "S"SE

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S"SE
Sócio Sênior

Phillipe de Aquino Pereira
Contador
CRC/PE 028157/O-2 "S"SE

Thomaz de Aquino Pereira
Contador
CRC/PE 021100/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

O Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO, em cumprimento ao disposto no art. 163 da Lei nº 6.404/76, e ao estatuto da empresa, procedeu ao exame do Relatório de Gestão da Administração e das Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, à vista do Relatório dos Auditores Independentes - AUDIMEC Auditores Independentes S/S, com data de 21 de março de 2022, com ressalva e parágrafos de